

PRÁTICAS PARTICIPATIVAS VIVENCIADAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CARUARU

Risoglacy Batista dos Santo¹

Orquídea Maria de Souza Guimaraes Paulino ²

RESUMO: O texto é resultado de um trabalho de pesquisa de campo realizado uma escola pública municipal de Caruaru- Pernambuco e trás uma breve reflexão acerca da Gestão Democrática, e suas práticas. Este trabalho foi produzido com bases em autores como Linhares (2008), Luck (1996), e Veiga (2004) que abordam de forma clara e significativa a gestão democrática e a importância da participação dos segmentos escolares para a construção de uma escola pública, de qualidade e emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, participação, autonomia.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco- CAA
E-mail: risoglacy@hotmail.com

² Professora da Universidade Federal de Pernambuco, orientadora deste trabalho.

INTRODUÇÃO:

O Brasil apresenta uma cultura de verticalização da relação de poder dos “superiores” (gestores) para os “subalternos” (professores, alunos, pais e comunidade). Possivelmente os primeiros são os poderosos, detentores do poder e da verdade absoluta e inquestionável e o segundo como aqueles que devem reproduzir e obedecerem a suas decisões.

Acreditando que a descentralização do poder contribui para que a escola consiga de forma mais democrática resolver seus entraves e concordando com Linhares (2008, p.2) que “o autoritarismo, à centralização, a fragmentação estão ultrapassados, por conduzirem ao imobilismo” e entendendo que uma das maiores funções da escola, se não a maior, é a promoção da cidadania, Costa (1995) vem afirmando que

a construção de uma gestão escolar participativa se coloca como exigência e contingência de um processo de afirmação da cidadania, na medida em que contribui para a conquista da autonomia política superando relações verticalistas e padrões de gestão tecnocrática, engendrando mecanismos de exercício de poder firmados no compromisso com os reais interesses da maioria. (LINHARES, 2008, apud COSTA, 1995, p.4).

Discutir sobre gestão participativa é mais um passo para a quebra da cultura verticalizada das relações de poder dentro das escolas públicas do Brasil. O gestor como figura única, responsável por todos os processos decisórios da escola, já não é mais suficiente para abarcar todos os compromissos a que a se escola propõe, sobretudo, a luta por uma educação emancipatória que seja capaz de incluir a sociedade na luta por uma educação justa e de qualidade.

Como bem definem Paula e Schneckenberg (2008) a gestão democrática é responsabilidade de todos, família, governo e sociedade, mas para que ocorra essa sintonia é necessária à participação de todos os segmentos que compõem o processo educacional, de um trabalho coletivo que busque ações concretas em busca da democracia educacional.

Diante disso, este trabalho propõe uma reflexão a cerca das possibilidades de gerir o espaço educacional de forma dialógica, participativa e democrática a partir da seguinte questão: “Quais são as práticas participativas vivenciadas em uma escola pública municipal de Caruaru?”. Buscando identificar a concepção de gestão escolar da gestão escolar, os espaços de participação da comunidade escolar, e caracterizar estas práticas, se houver.

O interesse em abordar esta problemática inicialmente se deu com um trabalho nesta mesma problemática realizado na disciplina de Política Estado e Educação (UFPE 2011.2), trabalho este que abrangeu os poucos conhecimentos sobre gestão democrática e despertou ainda mais o interesse que como professoras da rede municipal de ensino sentíamos a respeito das práticas participativas.

RECORTE TEÓRICO:

O recorte teórico, ora apresentado, realiza um breve levantamento acerca de alguns estudiosos que discorrem sobre a gestão participativa. Segundo Luck (1996)

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva. (LUCK, 1996, p. 37).

O autor deixa claro que administrar necessariamente está ligado ao ato de coletividade, coletividade que deve dirigir as ações dos indivíduos e que está garantida na forma da lei através da LDB 9394/96 que diz:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Dar vozes aos diferentes seguimentos da comunidade escolar é inseri-los num processo democrático, possibilita o sentimento de responsabilidade e compromisso com os trabalhos desempenhados pela escola.

Entende-se que a gestão participativa compreende o envolvimento de todos os segmentos da escola nas tomadas de decisões, onde estes membros percebem a sua real relevância e atuam neste espaço de forma consciente. Cabe a escola o desafio de administrar estes espaços de participação, levando em consideração a realidade da escola para estimular o nível do comprometimento com a comunidade. Segundo Coelho e Linhares (2008)

A gestão participativa assenta-se em vários pressupostos, valores inquestionáveis subjacentes em todos os desdobramentos da gestão: a realidade e o conhecimento são construídos socialmente, equidade entre os seres humanos, reconhecimento do valor potencial em cada um deles, e reconhecimento da existência de grupos sociais pluralistas, constituindo sistemas de pessoas e grupos heterogêneos. (COELHO; LINHARES. 2008; p.3)

A percepção da diversidade de pessoas envolvidas no universo escolar pressupõe o gerenciamento com situações também plurais e esta pluralidade é que vem enriquecer o espaço educativo e contribuir para um comprometimento da mudança da cultura verticalizada, coronelista, clientelista que sempre esteve arraigado no Brasil para um cenário cada vez mais aberto e democrático.

Não se pode esquecer que a gestão participativa visa contribuir para a qualidade da educação e que esta também está fundamentada na capacidade dialógica de lidar com seres envolvidos neste processo, assim como comprometida com a formação de um indivíduo consciente de seu papel na escola, na sociedade e na vida. Conforme Freire (2005)

A existência humana, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 2005, p.93).

E é esta voz dada ao ser humano que é capaz de lhe libertar e permitir que a escola cumpra um dos seus papéis -a educação libertadora- é através de um constante diálogo que surge a certeza de que é necessário que a comunidade escolar vivencie uma dimensão da vida social na qual tenha a oportunidade de participar tanto das decisões quanto das discussões que dizem respeito à instituição escolar.

Coelho e Linhares (2008) citando Luck (1998) elenca tópicos para que a gestão democrática de fato aconteça, propõe que se redija um código de valores que represente o comprometimento e a participação de todos na escola, construir, desenvolver o comprometimento pessoal de cada pessoa inserida na escola e é necessário que a equipe gestora esteja envolvido neste processo pois, do contrário os professores sempre se questionarão se seu envolvimento será levado a sério e válido. Luck ainda propõe que é necessário promover capacitações à comunidade escolar para que se desenvolva as habilidades e atuação participativa. É necessário considerar que este processo não acontece do dia

para a noite e que as pessoas precisam estar empenhadas na construção desta gestão participativa. Ainda segundo a autora,

Administrar participativamente, assim como ensinar, é uma forma de arte, quando bem praticada. No entanto, a gestão participativa baseia-se em habilidades e técnicas específicas. Ao desenvolver estas habilidades, os membros da escola necessitam de tempo para aperfeiçoá-las. A gestão participativa pode parecer confusa e atrapalhada para muitos, em um primeiro momento, inclusive, parece tomar mais tempo do que o necessário. Por isso, tanto os diretores quanto os demais funcionários devem estar dispostos a dedicar algum tempo e atenção para esta aprendizagem, viabilizando a criação de um sistema de trabalho com base na gestão participativa. (COELHO; LINHARES, 2008, p.5)

A gestão democrática só será possível à medida que houver interesse de participação de todos os segmentos. À medida que os gestores demonstrarem comprometimento, que os professores sintam confiança de demonstrarem suas posições políticas e ideológicas e que a comunidade perceber que o espaço educacional é um espaço de participação, exposição de ideias, gestão participativa.

Um dos vieses da gestão participativa é a eleição para diretor das escolas públicas, esta eleição só ocorrerem em algumas cidades ou estados mediante a uma lei orgânica dos mesmos.

Eleger alguém é um ato de cidadania e responsabilidade, que muito contribui para a formação de uma escola pública de fato democrática, onde seja possível que todos os componentes tenham voz e participação ativa na formação desta instituição. Isto não quer dizer que em uma escola onde não há eleição para diretor, a democracia seja algo obsoleta.

Muitas discussões tem sido feitas a respeito da importância de uma gestão democrática e participativa nas instituições públicas como uma forma de legitimar exercício de cidadania dos seres inseridos nestas instituições, segundo Bordignon (2005),

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas publica se coloca hoje como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E aqui se situa um dos maiores desafios dos educadores: a democracia, assim como a cidadania, se fundamentar na autonomia. (BORDIGNON, 2005, p.12)

Essa participação requer, em primeiro lugar, que a comunidade tenha conhecimento e consciência de seu espaço de poder, e de que a “coisa pública” pertence aos cidadãos e desta forma participarem da construção de uma gestão democrática.

Outra forma de democratizar a escola é a construção coletiva do Projeto político pedagógico que de acordo com Veiga (2004) “Propicia a vivencia democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania” (Veiga, 2004, p. 15).

O conselho escolar e as representações estudantis são também formas de representação e gestão participativa, gerir esta pluralidade de pensamentos é um desafio possível a ser enfrentado, garantindo a cada segmento uma participação efetiva nos processos.

Veiga (2004) define bem esse novo momento de decisão do espaço escolar:

Uma estrutura administrativa da escola, adequada à realização de objetivos educacionais, de acordo com os interesses da população, deve prever mecanismos que estimulem a participação de todos no processo de decisão. Isso requer uma revisão das atribuições específicas e gerais, bem como da distribuição do poder e da descentralização do processo de decisão. (VEIGA, 2004, p 14).

Entende-se que para que a gestão democrática se dê de forma concreta (se é que isto é possível), é necessário que se haja esta descentralização do poder proposto por Veiga (2004) e o que defende Cury (2005):

A gestão democrática da educação e, ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência. Voltada para um processo de decisão baseado na participação e na deliberação pública, a gestão democrática expressa um anseio de crescimentos dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática. (CURY, 2005, p.18)

METODOLOGIA:

Denomina-se este trabalho do tipo etnográfico que Segundo André (1998), consiste em utilizar técnicas da etnografia como entrevista, perguntas formais ou não, destinadas aos sujeitos envolvidos, consiste na presença do pesquisador no campo de estudo.

Este trabalho foi desenvolvido numa perspectiva qualitativa, por acreditar que oferece elementos de grande importância para a construção do projeto e análises de dados. A perspectiva qualitativa é defendida por PATTON (1986, p.22) como:

[...] descrição detalhada de situações, eventos, pessoas, interações e comportamentos observados; citações literais do que as pessoas falam sobre suas experiências, atitudes, crenças e pensamentos; trechos ou íntegra de documentos, correspondência, atlas ou relatório de casos.

As entrevistas foram realizadas com a gestora, uma supervisora e o secretário, uma professora do turno da manhã, uma professora do turno da tarde, uma bibliotecária, uma cozinheira, um porteiro, uma mãe e dois alunos. Para que se possa ter vozes dos vários segmentos da comunidade escolar e dos diferentes turnos da escola, não centralizando assim a pesquisa em um grupo específico e procurando assim ter uma abordagem o máximo democrática possível.

Foi utilizado ainda o diário de campo para registrar as falas dos sujeitos, as percepções que ficavam implícitas nas conversas. Lage (2006) define o diário de campo como:

[...] Um instrumento não só de registros, mas fundamentalmente um instrumento de análise de todo o trabalho de campo. É ainda, um instrumento de trabalho diário, literalmente diário, e por isso mesmo um incansável e por vezes saturante trabalho, que exige disciplina, mas que proporciona ao próprio pesquisador (a) uma grande satisfação à medida que vai sendo construído e redescoberto a cada consulta que se faz dos passos dados (LAGE, 2006, p.222).

As análises dos dados foram feitos sob a ótica da análise de conteúdo que segundo Franco (2008) como um conjunto de procedimentos, realizados em uma pesquisa, que tem como “pano de fundo” a mensagem, seja ela verbal, gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Tal procedimento situa-se em um delineamento mais amplo da comunicação (FRANCO, 2008, p.23).

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de um bairro periférico da cidade de Caruaru que atende a uma clientela de aproximadamente 500 alunos desta mesma periferia e bairros vizinhos, inclusive com alunos da zona rural.

RESULTADO DA ANÁLISE DOS DADOS:

A pessoa do diretor é a figura que geralmente vem à mente quando se pensa em administração ou gestão escolar, a cultura de ver este profissional como o indivíduo único e responsável pelo sucesso ou não da instituição de ensino ainda está no imaginário das pessoas, para Silva (2007), citando Libâneo, Oliveira e Toshi (2003), numa visão técnico-

científica o diretor é a figura central da escola, cabendo aos demais membros desta instituição a penas cumprir o que por ele for designado, esta visão construída historicamente vem sendo cada vez mais desmistificada à medida que crescem as conversas a cerca da democracia, e da participação de toda a comunidade escolar nos processos decisórios da instituição.

A partir dos dados coletados é possível afirmar que a gestão democrática está em vias de andamento nesta escola. Pois uma gestão que represente estritamente o governo, não permite a participação e não leva em consideração o corpo institucional.

Pode-se definir a concepção de gestão democrática da gestão escolar com base na citação da própria gestora

Gestão pra mim é participação. Não posso dizer que somos democráticos, pois não há meia democracia, só quando todos participarem de verdade é que poderemos nos chamar de democráticos. Mas chegaremos lá, temos que chegar. E pensar em primeiro lugar nos alunos e nas pessoas. (DIÁRIO DE CAMPO 26/04/2012)

Desta forma, a gestão escolar da escola estudada está de acordo com o que entende Luck (1996) sobre a gestão democrática, onde gerir supõe a ideia de participação, da ação em conjunto, de acordo com o interesse coletivo e que como a gestão escolar apresenta práticas democráticas e comprometidas com a democracia, o que faz com que os as pessoas neste processo dêem mais credibilidade aos processos democráticos. É possível afirmar que na concepção de gestão de gestão da gestão escolar, a democracia está por si fazer, é possível e deve ser uma luta de todos.

Pode-se dizer que o conselho escolar é o órgão maior de participação democrática nesta unidade de ensino. Apesar de ele ser desconhecido pelos alunos. Ele é conhecido pelos professores, supervisores, gestores, pais e funcionários, ou seja, pela maior parte da dos segmentos da comunidade escolar. Os alunos por sua vez reconhecem sua participação quando afirmam que têm representantes de classe e que estes resolvem juntamente com os professores, supervisão e gestão os entraves da sala de aula.

Apesar dos processos decisórios serem em geral tomados pela gestão escolar, isto não quer dizer que a comunidade escolar não tenha vozes nas decisões pois nas observações feitas no dia-a-dia do cotidiano escolar foi visto que os professores são ouvidos nos corredores, em reuniões feita no horário do intervalo e também respondem a questionários

elaborados pela gestão a fim de melhor administrar a escola, os professores opinam, concordam ou discordam da gestão em reuniões feitas nos intervalos, o que contribui significativamente para as tomadas de decisões pela gestão escolar, além disto, as falas dos sujeitos mostram que o conselho escolar decide os caminhos a serem tomados com os recursos financeiros da instituição e prestando conta do que é feito com estes recursos, assim como são solicitados aos professores e funcionários uma lista de material que estes precisam para realizar o seu trabalho.

Considerações finais

A partir do tempo vivenciado na escola campo de estudo e os dados coletados, é possível afirmar que a concepção de gestão democrática da gestão caminha a uma gestão democrática e participativa dos segmentos da comunidade escolar. A gestão democrática é uma conquista em passos lentos, rumo a uma escola dialógica e reflexiva, onde todos os segmentos que compõe a escola tenham efetiva voz e participação.

A escola pública como um espaço de consolidação política reflexiva precisa ser a legitimação das lutas por uma educação pública de qualidade e não pode ser dirigida por penas uma pessoa que tome todas as decisões sem saber a opinião das pessoas que diretamente serão afetados por estas decisões.

A temática abordada despertou ainda mais o interesse por esta prática que por vezes parecem impossíveis, principalmente em uma cidade onde a gestão representa o governo dentro da instituição. A escola estudada veio dizer que é possível caminhar rumo a uma escola democrática que seja capaz de inserir os alunos num processo emancipatória e autônomo.

REFERENCIAS:

ANDRÉ, Marly Elisa Damaso Afons, **Etnografia da Prática Escolar**, 15º edição, PAPIRUS, 1998

BRASIL, **Gestão democrática da educação**, TV escola, boletim 19, outubro de 1995, IN Bordignon, p.12.

BRASIL, **Gestão democrática da educação**, TV escola, boletim 19, outubro de

BRASIL, de diretrizes e bases da educação nacional, disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm acessado em 17 de abril de 2012 as
14:34:1995, IN Cury, p.14

COELHO e LINHARES, Gestão participativa no ambiente escolar, Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116
<http://www.unicentro.br> - Ciências Sociais Humanas

CORRÊA, João Jorge, As eleições para diretores na rede municipal de ensino de Belo Horizonte- MG no período de 1989-1994; Campinas, SP, 1995

LAGE, Allene Carvalho. **Lutas por inclusão nas margens do atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento sem Terra/Brasil e da associação in loco/Portugal. Volume I-** Dissertação de doutoramento. Orientador: Boaventura de Souza Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, programa de pós educação em sociologia, 2005.

LUCK, H. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

PAULA E SCHNECKENBERG, Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI, Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116; disponível em <http://www.unicentro.br> - Ciências Humanas

PATTON, M. **Qualitative evaluation methods**, Beverly Hills, Sage Publ.1984.

SILVA, Nilson Robson Guedes, **O diretor da escola e gestão democrática: as influências dos meios de acesso ao cargo de dirigentes escolar**, 2007

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto político pedagógico: uma construção possível**. Campinas-SP:Papirus, 2004.